

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Porto Alegre (DCON IFRS – Campus Porto Alegre) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As DCON são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON IFRS estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS campus Porto Alegre são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), e
- VI. Notas Explicativas.

2 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

(d) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

(f) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(g) Passivos circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) fornecedores e contas a pagar; e (ii) demais obrigações.

(h) Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(h.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(h.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(h.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve, ao longo do 3º trimestre de 2020, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS.

4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 30/09/2020, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro”, 92,04% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 30 de setembro de 2019:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Banco Conta Movimento – Demais Contas	9.283,20	9.283,20	0,00	5,54
Recursos Liberados pelo Tesouro	158.185,58	16.260,58	872,82	94,46
Total	167.468,78	25.543,78	872,82	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

(a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade de caução.

(b) Recursos Liberados pelo Tesouro

Os recursos liberados pelo Tesouro representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento. O grupo teve aumento de 872,82% comparado ao mês de setembro de 2019 devido ao repasse de um recurso financeiro no valor de R\$ 133.430,32 no dia 23/09/2020

para o pagamento de um contrato referente à obra de execução do PPCI (Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios), liquidado e não pago até a data base para elaboração da Nota Explicativa.

5 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição.

Tabela 2 – Estoques – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Almoxarifado	54.884,77	63.473,60	-13,53	100,00
Total	54.884,77	63.473,60	-13,53	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

6 – Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de em sua totalidade de despesas pagas antecipadamente a título de prêmio de seguros.

Tabela 3 – VPDs Pagas Antecipadamente – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Prêmios de Seguro a Apropriar	17,17	52,43	-205,36	100,00
Total	17,17	52,43	-205,36	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

7 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação.

Em 30/09/2020, o IFRS Campus Porto Alegre apresentou um saldo de R\$ 45.747.509,11 (quarenta e cinco milhões setecentos e quarenta e sete mil quinhentos e nove reais e onze centavos), relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 3º trimestre dos exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 4 – Imobilizado – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Bens Móveis	6.896.870,47	6.663.869,59	3,50	15,08
(+) Valor Bruto Contábil	8.180.591,16	7.860.816,03	4,07	17,88
(-) Depreciação Acumulada	-1.283.720,69	-1.196.946,44	7,25	-2,81
Bens Imóveis	38.850.638,64	38.275.395,50	1,50	84,92
(+) Valor Bruto Contábil	39.212.054,77	38.484.367,03	1,89	85,71
(-) Depreciação Acumulada	-361.416,13	-208.971,53	72,95	-0,79
Total	45.747.509,11	44.939.265,09		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRS Campus Porto Alegre em 30/09/2020 totalizavam R\$ 8.180.591,16 (oito milhões cento e oitenta mil quinhentos e noventa e um reais e dezesseis centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Bens Móveis – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.503.649,25	1.347.560,57	11,49	21,80
Bens de Informática	2.206.826,91	2.017.827,18	9,00	32,00
Móveis e utensílios	1.755.560,09	1.627.722,58	7,85	25,45
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	434.849,18	303.398,79	40,93	6,31
Veículos	397.707,74	397.707,74	0,00	5,77
Bens Móveis em Andamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais bens móveis	1.881.997,99	2.166.599,17	-13,07	27,29
(-) Depreciação/ Amortização Acumulada	(1.283.720,69)	(1.196.946,44)	7,25	-18,61
Total	6.896.870,47	6.663.869,59		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Alguns bens registrados na conta Demais bens móveis foram reclassificados e baixados após o levantamento que vem sendo realizado pela Coordenação de Orçamento e Finanças, justificando variação negativa -13,07 %.

Até o momento não houve reavaliação do grupo bens móveis.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRS Campus Porto Alegre, em 30/09/2020, totalizavam R\$ 38.850.638,64 (trinta e oito milhões oitocentos e cinquenta mil seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos), que correspondem 84,47% do total do ativo.

Tabela 6 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Bens de Uso Especial Reistrados SPIUNET	38.484.367,03	38.484.367,03		99,06
Bens Imóveis Em Andamento	727.687,74	0,00		1,87
(-) Depreciação Acumulada	-361.416,13	- 302.222,19	19,59	-0,93
Total	38.850.638,64	38.403.301,46		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Os bens imóveis do IFRS Campus Porto Alegre estão cadastrados no SPIUnet, que é o Sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros, utilizado pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis.

Os Bens Imóveis Em Andamento correspondem a obra de execução do PPCI no Campus.

A depreciação dos bens imóveis é apurada mensalmente e registrada pela Coordenadoria Geral de Contabilidade, com base nos imóveis cadastrados no SPIUnet.

8 – Intangível

O Ativo Intangível do IFRS Campus Porto Alegre em 30/09/2020, totalizou R\$ 19.216,60 (dezenove mil duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos), estando distribuído em contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Intangíveis – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Software com vida útil denifida	79.422,99	79.422,99	0,00	413,30
(-) Amortização Acumulada	-79.422,99	-79.422,99	0,00	-413,30
Software com vida útil indefinida	19.216,60	7.718,00	148,98	100,00
Total	19.216,60	7.718,00		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

9 – Obrigações a Curto Prazo

Em 30/09/2020, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 392.527,51 (trezentos e noventa e dois mil quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir.

Tabela 8 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Fornecedores e Contas a Pagar	210.425,68	218.363,49	-3,64	53,61
Demais Obrigações	182.101,83	143.495,08	26,90	46,39
Total	392.527,51	361.858,57		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS Campus Porto Alegre com obrigações a curto prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 53,61% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listadas os fornecedores mais representativos em 30/09/2020. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à 5ª medição da obra de execução do PPCI, prestado pela empresa Expressão Engenharia e Construções LTDA- EPP, correspondendo 60,07% do total a ser pago.

Tabela 9 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	30/09/2020	AV%
EXPRESSAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP	126.409,49	60,07
PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA	43.570,35	20,71
CSF COMERCIO E SERVICOS EMPRESARIAS EIRELI	40.445,84	19,22
Total	210.425,68	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

(b) Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Porto Alegre registrou um aumento de R\$ 38.606,75 (trinta e oito mil seiscentos e seis reais e setenta e cinco centavos), nas demais obrigações a curto prazo, equivalente a 26,90%.

Tabela 10 – Demais Obrigações – Composição.

	R\$	
	30/09/2019	AV%
Retenções Previdenciárias – FRGPS	11.412,80	6,27
Imposto e contrib. diversos devido	5.343,79	2,93
ISS	6.133,28	3,37
Depósitos Retidos de Fornecedores	7.389,76	4,06
Depósitos e Cauções Recebidos	9.283,20	5,10
Incentivos à Educação e Cultura e Outros	120.939,00	66,41
Auxílios Financeiros a Pesquisadores	21.600,00	11,86
Total	182.101,83	100,00

Fonte: SIAFI, 2020

Do total dessa obrigação, 66,41% é composto por incentivos à Educação, Cultura e Outros que se referem à apropriação das bolsas referentes ao mês de setembro.

10 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado em 30/09/2020 foi superavitário em R\$ 704.393,26 (setecentos e quatro mil trezentos e noventa e três reais e vinte e seis centavos) e está demonstrado na tabela abaixo, ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

Tabela 11 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas.

	R\$		
	30/09/2020	30/09/2019	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.891.255,93	7.541.160,74	-48,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.186.862,67	3.127.982,24	1,88
Total	704.393,26	4.413.178,50	

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Observa-se que, no 3º trimestre de 2020 o resultado patrimonial do período foi positivo em R\$ 704.393,26. Dentre as principais variações, destaca-se:

- I. Aumento das transferências e delegações recebidas no montante de R\$ 1.057.881,76 (37,38%);
- II. Redução de outras variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 30.189,76 (-94,49%);
- III. Redução das transferências e delegações concedidas em R\$ 18.039,37 (-91,11).

Cabe ainda mencionar que houve a valorização e ganhos com ativos no valor de R\$ 4.662.213,34 referente a baixa de uma obra e atualização do valor de bens imóveis de uso especial no Spiunet, ocorrido em março de 2019, na conta de Imóveis de Uso Educacional, justificando assim o motivo de redução de -100,00% nas variações patrimoniais aumentativas, conforme demonstrado acima, comparado ao 3º trimestre de 2020.

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

Tabela 12 – Demonstração das Variações Patrimoniais.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Variações Patrimoniais Aumentativas	3.891.255,93	7.541.160,74	-48,40	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	971,00	15.798,51	-93,85	0,02
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	546,00	1.102,56	-50,42	0,01
Transferências e Delegações Recebidas	3.887.978,01	2.830.096,25	37,38	99,92
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desinc. de Passivos	0,00	4.662.213,34	-100,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.760,32	31.950,08	-94,49	0,05
Variações Patrimoniais Diminutivas	3.186.862,67	3.127.982,24	1,88	100,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.052.643,60	2.274.919,84	-9,77	64,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	362,26	6,74	5274,78	0,01
Transferências e Delegações Concedidas	1.760,32	19.799,37	-91,11	0,06
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. Passivos		1,00	-100,00	0,00
Tributárias	27.129,72	10.199,87	165,98	0,85
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.104.966,77	823.055,42	34,25	34,67
Resultado Patrimonial	704.393,26	4.413.178,50	-84,04	

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

A conta de resultado com a variação mais significativa em comparação com o mesmo período de 2019, foi a de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, que representou um acréscimo de 5274,78%, conforme a tabela a seguir.

Tabela 13 – Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Juros e Encargos de Mora	362,26	6,74	5274,78	
Total	362,26	6,74	5274,78	100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

O valor com maior representatividade é proveniente de multa pelo atraso de recolhimento de INSS da empresa contratada para executar os serviços de limpeza e conservação.

11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 3º trimestre de 2020 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 4.434.434,73 (quatro milhões quatrocentos e trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta e três centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 4.086.646,31 (quatro milhões e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos), o que representa 92,16% das descentralizações recebidas.

Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58 daquela Lei, empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

Como explanado anteriormente, o empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 4.086.646,31 (quatro milhões e oitenta e seis mil seiscentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) enquanto que no mesmo período de 2019, tal fase da execução da despesa pública montou a quantia de R\$ 3.677.144,17 (três milhões seiscentos e setenta e sete mil cento e quarenta e quatro reais e dezessete centavos).

Comparado ao período de 2019 houve um acréscimo de 12.083,29% em 2020 referente às despesas empenhadas de capital, esse conforme evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 14 – Despesas Empenhadas – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Despesas Correntes	3.568.865,04	3.672.894,24	-2,83	87,33
Despesas de Capital	517.781,27	4.249,93	12.083,29	12,67
Total	4.086.646,31	3.677.144,17		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”. Cabe ressaltar que o aumento no expressivo de despesa empenhada de capital em comparação ao ano de 2019, se deve em grande parte ao recurso recebido para a execução da reforma da cobertura da Torre Norte do Campus Porto Alegre, no valor de R\$ 489.597 e que foi empenhado no dia 25/09.

Observa-se que houve uma redução dos empenhos referentes a despesas de custeio na ordem de 2,83% em comparação com o mesmo período em 2019.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se as os Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 2.137.022,04 (dois milhões cento e trinta e sete mil e vinte e dois reais e quatro centavos), que se referem a 59,88% das despesas correntes empenhadas, conforme observado na tabela a seguir:

Tabela 15 Outras despesas Correntes – Composição.

	R\$			
	30/09/2020	30/09/2019	AH%	AV%
Diárias - Pessoal Civil	6.000,00	10.392,78	-42,27	0,17
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.140.856,66	902.399,46	26,42	31,97
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	82.792,00	67.904,00	21,93	2,32
Material de Consumo	34.073,16	41.015,81	-16,93	0,95
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita.	16.573,32	0,00	-	0,46
Passagens e Despesas com Locomoção	1.500,00	7.500,00	-80,00	0,04
Serviços de Terceiros - PJ	2.137.022,04	2.478.871,76	13,79	59,88

Serviços de Terceiros - PF	626,00	0,00	-	0,02
Serviços de Tecnologia da Informação	110.589,60	93.430,02	18,37	3,10
Obrigações Tributárias e Contributivas	27.245,18	10.256,30	165,64	0,76
Outros Auxílios Financeiros a PF	0,00	27.500,00	-100,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	712,08	649,25	9,68	0,02
Indenizações e Restituições	6.875,00	11.502,90	-40,23	0,19
Outros Serviços de Terceiros - PJ Intra OF	4.000,00	21.561,96	-81,45	0,11
Total	3.568.865,04	3.672.894,24		100,00

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2019 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2019.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2019, perfazendo um total de R\$ 1.570.407,67 (um milhão quinhentos e setenta mil quatrocentos e sete reais e sessenta e sete centavos). Observa-se que 73,39% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 88,42% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Execução Restos a Pagar não Processados.

Grupo da Despesa						R\$
	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2019	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	159.475,54	497.708,97	401.721,20	401.721,20	67.454,71	188.008,60
Despesas de Capital	12.239,60	1.072.698,70	750.837,68	617.407,36	12.239,60	455.291,34
Total	171.715,14	1.570.407,67	1.152.558,88	1.019.128,56	79.694,31	643.299,94

Fonte: SIAFI 2020

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2019, num montante de R\$ 53.830,72 (cinquenta e três mil oitocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), destes valores 100,00% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.

Grupo da Despesa					R\$
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	
Outras Despesas Correntes	53.830,72	53.830,72	-		0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	-		-
Total	53.830,72	53.830,72			0,00

Fonte: SIAFI 2020

Ademir Gautério Troina Júnior
ContadorCRC/RS 076804/O-5
IFRS Campus Porto Alegre